



CONVENÇÕES

ADSE quer penalizar más práticas dos privados

A ADSE está a definir critérios que prevêem que os privados com “más práticas” sejam penalizados quando pedirem um alargamento do âmbito das convenções. Novos acordos vão beneficiar preços mais baixos e redução de dependência face aos prestadores. O assunto está hoje em discussão.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA

email@negocios.pt

MANUEL ESTEVES

mesteves@negocios.pt

Os privados com “más práticas” de faturação à ADSE terão menos probabilidade de conseguir alargar o âmbito das suas convenções. A intenção consta da lista de critérios que vão servir de base à decisão sobre o alargamento dos acordos existentes ou a atribuição de novas convenções, uma questão que volta a ser discutida esta sexta-feira pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS).

Na proposta a que o Negócios teve acesso, a ADSE explica que a verificação de uma ou várias más práticas “pondera negativamente na decisão final” de alargamento do âmbito das convenções das entidades que já têm um acordo com a ADSE. O documento que serviu de base à discussão das últimas semanas, e que agora regressa à agenda, dá alguns exemplos sobre os comportamentos que serão penalizados, ao mesmo tempo que ilustra os problemas que a ADSE enfrenta com alguns prestadores.

A discriminação negativa dos beneficiários da ADSE em favor dos beneficiários de seguros ou particulares; a utilização do acordo com a ADSE para criar uma carteira de clientes e posteriormente retirar os médicos da convenção, passando o beneficiário para o regime livre; a faturação de atos não realizados; a faturação de parte dos cuidados em regime livre e de outra no convencionado “para sobrevalorizar o valor”; ou a prática de “fazer o beneficiário assinar um documento” que permite ao hospital pedir o reembolso em regime livre à ADSE são algumas das “más práticas” identificadas.

O documento confirma que, “de

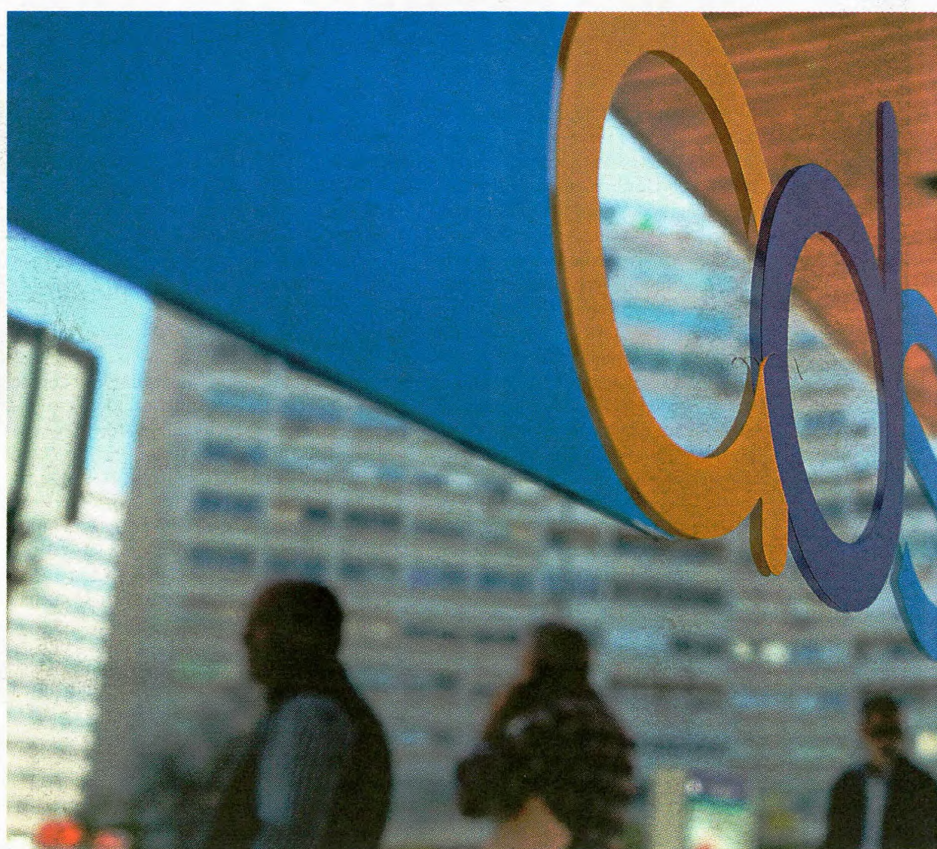
uma forma geral”, a ADSE não tem celebrado novas convenções nos últimos anos, o que é contraditório com as queixas de excessiva dependência dos grandes grupos. Segundo dados solicitados há um ano pelo Negócios, mais de 60% da faturação apresentada em 2017 foi da responsabilidade de cinco grandes grupos, numa lista liderada pela Luz Saúde e pelo grupo José de Mello.

Os representantes dos beneficiários, que explicam que haverá até 1.700 pedidos de adesão, têm pressionado publicamente a ADSE a avançar para novos acordos, alargando e diversificando a rede de prestadores. A redução do grau de dependência, o preço, a procura dos beneficiários e a sua satisfação também serão considerados.

A intenção de diversificar a rede, por exemplo, surge logo no segundo critério: “A ADSE deve evitar sempre que possível que a rede de cuidados de saúde dependa fortemente de apenas um prestador, quer no global, quer por valência.” Por isso a redução da dependência face aos prestadores da região em análise será valorizada.

Neste documento de fevereiro, que ainda pode ser alterado, a ADSE começa por classificar os prestadores cruzando a “complexidade das especialidades médicas” com “o número de beneficiários residentes”, num processo que quer privilegiar “sempre que possível, a harmonização da rede geográfica e a proximidade”. O preço também será critério, com “ponderação positiva a prestadores que assegurem a prestação de serviços de qualidade mas a preço mais económico”. Por outro lado, os prestadores que tenham mais procura de beneficiários através do regime livre do que os seus concorrentes diretos terão uma ponderação positiva. O grau de satisfação dos beneficiários poderá ser avaliado no futuro.

Os critérios de escolha dos convencionados, que quando assinam



A ADSE tem travado a assinatura de novas convenções nos últimos anos.

um acordo com a ADSE ganham um importante mercado, nunca foram claros, levando, há cerca de um ano, o bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas a pedir “transparência”. Na altura, a ADSE remeteu para os critérios enunciados nos planos de atividade: entidades com maior número de pedidos de reembolso pelo regime livre, que aporrem uma mais-valia à rede nas áreas geográficas onde a mesma ainda é deficiente”. Sabe-se agora que a rede pouco se alargou. ■

Tensão acalma com a suspensão da suspensão da José de Mello

Um dos grupos privados que ameaçaram suspender os acordos a partir de abril comunicou esta semana que, para já, vai desistir da suspensão. A decisão da José de Mello Saúde foi justificada com a evolução das negociações que deverão levar ao fim do procedimento das regularizações relativo a 2019. As partes estão a negociar mecanismos de estabilização de preços até que seja publicada uma nova tabela com preços fechados em áreas como as próteses, os medicamentos ou as cirurgias. A Luz Saúde continua em silêncio.



5 REGRAS

Os critérios que a ADSE está a discutir

O documento que serviu de base à discussão sobre os critérios explica o que será avaliado de forma positiva ou negativa.

Miguel Baltazar

1 PROXIMIDADE E VALÊNCIAS

A classificação vai ter em conta a complexidade das especialidades e o número de beneficiários a servir, numa lógica de proximidade. As valências mais complexas devem estar presentes no distrito.

2 GRAU DE DEPENDÊNCIA

É avaliada positivamente a redução do grau de dependência dos prestadores, quer a nível global quer por valência.

3 MÁS PRÁTICAS

A verificação de uma ou várias más práticas (ver texto principal) pondera negativamente na decisão de alargamento do âmbito das convenções.

4 PROCURA

Se em regime livre o prestador já tem mais procura de beneficiários, em comparação com outros na mesma valência e zona geográfica, terá ponderação positiva.

5 PREÇOS

Terão uma ponderação positiva prestadores que "asseguem a prestação de serviços de qualidade mas a preço mais económico".

6 CRITÉRIO DA DIREÇÃO

O documento de fevereiro a que o Negócios teve acesso deixa um critério "não especificado" a ser decidido pelo Conselho Diretivo.

7 SATISFAÇÃO

É um critério "para introduzir no futuro" para o alargamento do âmbito de entidades já com convenção. Mas o grau de satisfação ainda tem de ser aferida por inquéritos a realizar.

Três meses de pré-aviso para denúncias

A ADSE pretende que, como regra geral, os acordos passem a durar dois anos e com um aviso prévio de 3 meses para a denúncia.

A ADSE elaborou uma nova minuta-tipo de contrato que prevê que os acordos com os prestadores privados tenham a duração de dois anos, podendo ser automaticamente renovados, e que só possam ser denunciados com a antecedência mínima de 90 dias.

O novo documento, que também está a ser discutido com os representantes do conselho consultivo da ADSE, num período marcado pelas ameaças de denúncia de convenções, cria prazos mais longos do que os que estão previstos na minuta disponível no 'site' da ADSE, desenhada para convenções válidas "pelo prazo de um ano" e que podem ser denunciadas "com a antecedência mínima de 30 dias".

Nas últimas semanas, os responsáveis da ADSE têm sublinhado, contudo, que os conteúdos das convenções divergem de grupo para grupo e por vezes mesmo entre diferentes hospitais do mesmo proprietário.

Na sequência das entrevistas que deu na semana seguinte à ameaça de denúncias de convenções por parte da Luz Saúde e da José de Mello Saúde – entretanto suspensa no último caso – a presidente da ADSE referiu isso mesmo.

À SIC Notícias, Sofia Portela explicou que existem contratos que exigem um pré-aviso de 30 dias e outros que estabelecem um prazo de 90 dias, havendo convenções que se "renovam automaticamente de forma anual". "Existem hospitais de grande dimensão que apenas poderiam vir a denunciar convenção para o ano, em 2020", acrescentou. O objetivo será por isso o de estabelecer um modelo a ser seguido em convenções futuras.

Uma das cláusulas prevê que quando forem detetadas irregu-

laridades "que traduzam a prática de atos dolosos" lesivos do interesse da ADSE sejam suspensos os pagamentos, tal como hoje já está previsto, mas "sem prejuízo da participação às entidades fiscalizadoras ou judiciais, com vista ao apuramento da eventual responsabilidade", bem como à Ordem dos profissionais envolvidos. Após a transição em julgado "a ADSE procederá, conforme os casos, ao levantamento da suspensão de pagamentos" ou à denúncia da convenção.

Os cuidados abrangidos pela convenção vão constar de um termo de adesão a ser publicitado na página da ADSE.

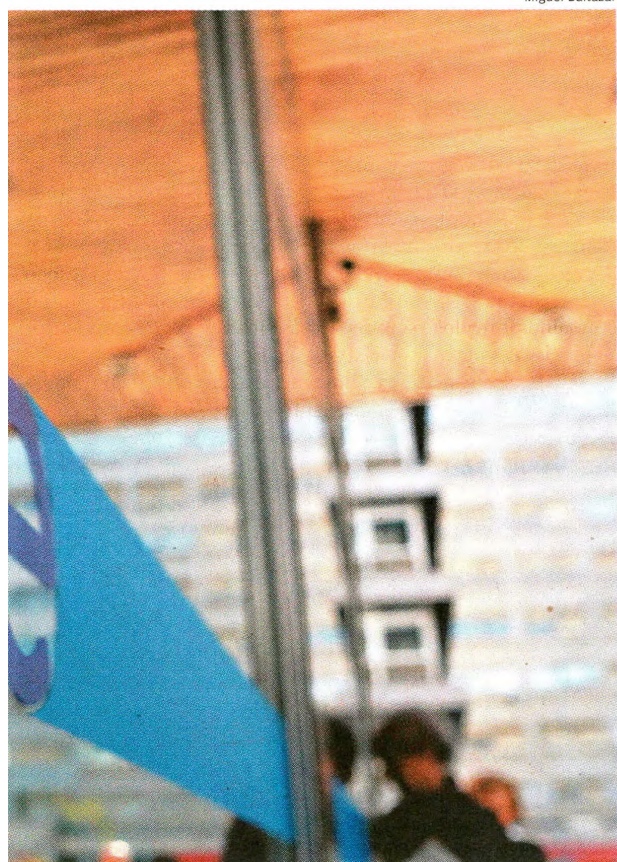
O prestador obriga-se a "não proceder a qualquer faturação dos cuidados de saúde do termo de adesão que não respeite as regras da tabela, "exceto em casos devidamente identificados em que os limites anuais estabelecidos pela ADSE para cada beneficiário foram ultrapassados".

A não regularização de desconformidades ou a discriminação no atendimento dos beneficiários face aos restantes clientes são fundamentos de resolução do contrato por parte do Instituto Público. ■ CAP/ME

2

ANOS

O modelo de contrato que a ADSE quer aplicar no futuro prevê que as convenções vigorem por dois anos, renováveis.



“

É totalmente absurdo que a ADSE possa defender por omissão a existência de monopólios [regionais] dos prestadores de saúde.

JOÃO PROENÇA
Presidente do Conselho Geral
A 27 de fevereiro, no Parlamento

“

Nos últimos anos houve um número muito reduzido de novas convenções. [...] Mas vamos começar a desencadear esse processo.

SOFIA PORTELA
Presidente da ADSE
A 27 de fevereiro, no Parlamento

negócios

negocios.pt

FIM DE SEMANA

Sexta-feira, 15 de março de 2019 | Diário | Ano XVI | N.º 3954 | € 2.90
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Governo corta 34 cargos de topo na supervisão

O número de membros designados pelas Finanças será reduzido para 25, metade do atual.

EMPRESAS 18 e 19

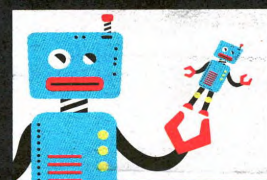


JOÃO TORRES
SECRETÁRIO DE ESTADO
DO CONSUMIDOR

**“Serviços
financeiros
entram no livro
de reclamações
até maio”**

PRIMEIRA LINHA 6 e 11

**Olha o robô a
pagar impostos**



Entrevista a
Silvio Waisbord

**“As redes
sociais
despertam
o que há de
pior no ser
humano”**



Mutualismo
Regulador já pode
avaliar idoneidade
de Tomás Correia

ÚLTIMA 32

Pensões
PS chumba alívio
nos cortes proposto
por Bloco e PCP

HOMEPAGE 2

**ADSE quer
castigar más
práticas dos
privados**

ECONOMIA 14 e 15

**Analistas
esperam
que S&P
melhore
“rating”
de Portugal**

Agência de notação
financeira decide hoje.

MERCADOS 22 e 23

ifthenpay

Referências Multibanco
para a sua Empresa
www.ifthenpay.com



Publicidade

Weekend
ifthenpay